



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE DEZEMBRO DE 1997

Senhora Professora Ruth Cardoso; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; Senhor Ministro da Justiça, Ministro Íris Rezende; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Deputados, Parlamentares; Senhor Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori; Senhores agraciados com o III Prêmio Nacional dos Direitos Humanos; Senhores Empresários patrocinadores do prêmio; Senhor Cesare de La Roca; Senhoras e Senhores,

O Ministro Íris Rezende, no seu breve discurso, transmitiu o essencial do significado deste nosso encontro.

Na verdade, é a terceira vez, depois que assumi a Presidência da República, que ele se realiza, para marcar perante o País a importância dos direitos humanos e para que a defesa dos direitos humanos passe a ser alguma coisa cotidiana, como foi dito pelo Cesare há poucos instantes; que implique um compromisso que, embora requeira leis, não se esgote nelas, mas signifique uma atividade permanente, uma preocupação permanente. Só assim o nosso país pode, efetivamente, ultrapassar aquilo que há algum tempo – repetindo Joaquim Nabuco, que dizia que

a nódoa do Brasil era a escravidão, eu digo que hoje a nódoa do Brasil é a exclusão –, ultrapassar os momentos de exclusão que marcaram por séculos a nossa sociedade.

E aqui também já foi dito que isso só ocorre num processo em que haja a participação generalizada da sociedade, em que haja uma mobilização efetiva não apenas em consciência, mas também em termos de atos concretos que alterem uma situação que, como também disse Cesare, e é verdadeiro, ainda marca o nosso país.

Recentemente, alguns jornalistas me perguntaram qual era minha reação diante de um relatório da OEA sobre os direitos humanos no Brasil, relatório que eu não li e que aponta alguns atos de violência na sociedade brasileira. Eu digo: a minha reação só pode ser de lutar mais e mais contra isso. Nós não podemos fazer como no passado, não podemos fingir que as coisas não existem. As coisas existem. Há muita coisa errada no Brasil e nós estamos corrigindo essas coisas erradas. Esse relatório teve o significado, também, de dizer isso: é verdade que existem injustiças, mas é verdade também que existe um movimento, que ocorre na sociedade e que tem plena acolhida no Governo, que é um movimento no sentido de nós irmos terminando com uma situação de injustiça e de exclusão que marcou por séculos afora a formação da sociedade brasileira.

E me apraz ver que isso está, efetivamente, em marcha. Nesse sentido, que minhas homenagens sejam rendidas àqueles que ganharam o prêmio de direitos humanos e também aos que patrocinaram o prêmio. Mas sobretudo a esse novo espírito do Brasil, que não aceita mais, passivamente, a injustiça. Ela existe. A injustiça não se suprime por decreto, mas o que não se pode mais é tolerar a convivência, não só da autoridade, mas da cidadania também, com a violência e com a injustiça. Muitas vezes a violência e a injustiça não são praticadas pela autoridade, pelo Governo, são praticadas na sociedade. Isso não exige o Governo de estar ativo no combate a essa violência, mas isso significa também que, se a sociedade, no seu conjunto, não entender que isso é um problema nosso e não deles – dos que estão no Governo –, mas é um problema de todos nós, não se mudam as coisas. E as coisas estão

mudando no Brasil. Estão mudando porque nós não sancionamos mais a injustiça, nem fazemos de conta que ela não existe. Nós reconhecemos que ela existe e nos organizamos para lutar contra ela, em vários setores.

Aqui foi mencionada a questão da criança, que é uma questão importante, e alguns que receberam prêmios, aqui, são dedicados à questão da criança, ela que inclui, naturalmente, esse esforço que estamos fazendo para que toda criança esteja na escola. Mas que o esforço ultrapasse essa questão, porque ele tem a ver com a nutrição, com o cuidado à mãe, com o combate à mortalidade infantil, enfim, com o conjunto de ações que implique, efetivamente, mudança, porque esta é uma sociedade democrática não apenas na forma, mas na substância, é uma sociedade que não aceita mais a existência do descaso, da falta de atenção àqueles problemas que são importantes.

Falei da criança e poderia falar de muitas outras questões – aqui já se mencionou a questão da terra –, e o Ministro Íris, repetindo o que disse o Ministro Jungmann, mostrou a ênfase que o Governo deu, está dando e continuará dando à questão da terra, que mudou radicalmente as condições de existência de pessoas que necessitam de terra e não têm terra. Nós só precisamos, agora, de tempo para que efetivamente as coisas se ajeitem, no que diz respeito à terra, porque o Governo mudou, o Congresso mudou e a sociedade brasileira não aceita mais a existência de gente que, podendo ter terra, não tem terra. Claro, haverá sempre abusos, haverá sempre exploração política dessas questões. Mas não é isso que interessa, o que interessa é que nós estamos nos movendo com tudo em conjunto, não é privilégio do Governo nem de um setor da sociedade, é do conjunto da sociedade. Estamos nos movendo para acabar com essa situação de desigualdade no que diz respeito à terra.

Recebi uma camisa que tinha uma frase sobre o racismo e me foi cochichado que era preciso haver ações afirmativas. Eu também acho isso. Acho que o Brasil não pode mais fazer de conta que não é uma sociedade onde existe preconceito e até mesmo discriminação. O Presidente da República não está de acordo com isso e concorda que nós precisamos de ações muito afirmativas para que terminemos com qualquer tipo de discriminação, qualquer tipo de racismo entre nós.

E por aí poderia citar uma série de outras questões, como a desigualdade entre homens e mulheres, a questão de gênero, que é tão importante e que nos custou tanto entender, mas, hoje em dia, essas questões já estão avançando na consciência da nossa sociedade.

Dito isso, eu também queria fazer uma breve referência a alguns atos que foram aqui assinados e que têm significado. Um, o da gratuidade do registro civil. Foi uma batalha. Batalha que foi desenrolada na sociedade e no Congresso e, se eu hoje a sanciono, é porque houve muita gente no Congresso. Ao citar o Deputado Moreira Franco, eu cito todos os deputados que se empenharam nesta batalha e os senadores também, que foram muitos, na defesa de uma situação de maior igualdade para aqueles que não têm condições de pagar. E houve um apoio muito grande por parte do Governo. O Secretário Nacional de Direitos Humanos se envolveu nesse apoio, o Comunidade Solidária se envolveu nesse apoio. No conjunto de esforços, foi possível chegar a um entendimento de tal maneira que hoje podemos sancionar essa lei. Muitas pessoas não alcançam o significado dela, mas a verdade é que nós vamos ter, realmente, a possibilidade de que todo brasileiro tenha uma situação regular como cidadão, desde o seu nascimento.

Isso vai afetar algumas estatísticas. Algumas até vão piorar, porque nós vamos ver que nós somos mais numerosos do que nós imaginávamos que éramos e, portanto, em alguns índices nós vamos piorar, mas no índice que importa, que é o da cidadania, nós vamos ganhar, e ganhar muito.

Além dessa matéria, repito, de grande significado, e da presença dos deputados, dos líderes que aqui se encontram, mostrando o apoio que todas essas questões têm tido no Congresso Nacional, eu queria também lhes dizer que a questão do voluntariado, que foi aqui assinada, é também um ato muito importante. Isso tem a ver com algumas idéias, muitas das quais pouco amadurecidas, mas que agora começam a amadurecer.

As nossas Forças Armadas recrutam, todos os anos, um número considerável de brasileiros para que nelas possam servir. Não obstante, nós só podemos reter, do contingente de cerca de 3 milhões de brasileiros que estão em condições de ser inscritos, pouco mais de cento e

poucos mil brasileiros, porque nós não teríamos como dar cabida, nos nossos quartéis, a 3 milhões de pessoas, nem necessitamos, porque somos um país de paz. Isso não significa que nós possamos então dizer: “Bom, aqueles que não são recrutados vão fazer serviço voluntário”, até porque não seria nem voluntário, seria obrigatório.

Mas não é só isso, nós não teríamos nem como dar guarida a 3 milhões de brasileiros para o serviço voluntário. Por isso estamos fazendo projetos piloto. Projetos que vão começar no Rio de Janeiro, aqui em Brasília e em Goiás e que vão permitir que já, agora, cerca de 20 mil jovens participem de um grande esforço. Serão voluntários mesmo, e esse grande esforço tem a ver com a melhoria da condição educacional desses jovens, que serão selecionados pelas suas necessidades de aperfeiçoamento educacional, mas que, também, poderão trabalhar mais ativamente nas suas comunidades.

E isso é muito importante, é muito significativo. De tal modo que nós estamos, hoje, assinalando esta data de 10 de dezembro com ações, nesse âmbito da cidadania, afirmativas, com ações criativas. Cesare mencionou a necessidade de uma espécie de anarquia que convida à imaginação, como se pensava no tempo dos estudantes da França de 68, a imaginação no poder – cuidado, não me derrubem daqui que a minha imaginação é curta –, mas eu acho que é muito importante ter sempre presente, realmente, que uma sociedade com a potencialidade da sociedade brasileira, com a dimensão da sociedade brasileira e com o tamanho dos problemas que nós temos que enfrentar, só poderá, realmente, mudar para melhor se nós juntarmos a essa mudança muita imaginação, além de muita vontade e de muita dedicação, que são os ingredientes indispensáveis para uma mudança, para que haja uma melhoria efetiva da condição de vida dos brasileiros e das brasileiras.

Eu não quero me alongar. Daqui a pouco terei de fazer outro discurso. Quando chega o fim do ano, o Presidente da República tem que ter muita imaginação. Eu queria dizer que, se nós fôssemos ler a lista do que foi feito em matéria de direitos humanos que eu tenho aqui, veríamos o que foi feito. Desde que o Governo resolveu, efetivamente, dedicar-se a essa questão com um espírito sistemático, esta lista é, realmen-

te, bastante impressionante. Nós estamos mudando, praticamente, em cada área significativa, o modo de relacionamento do Governo com a sociedade e de apoio ao que a própria sociedade está fazendo, de forma muito significativa.

Eu mencionei, de passagem, alguns desses itens, mas eles são numerosíssimos. E têm que ser numerosíssimos porque os problemas também são numerosíssimos. Mas o que conta, realmente, é que nós estamos começando efetivamente a mudar e que aqui existe um imperativo que eu diria ético. Nós não estamos mudando porque o Governo queira contar pontos para si; nós não estamos mudando porque o partido tal ou qual esteja numa luta para contar pontos para si; nós não estamos mudando porque empresários, trabalhadores, sindicatos estejam disputando quem vai fazer a mudança. Nós estamos mudando com um imperativo de humanidade e de respeito ao ser humano, e, isso, portanto, implica que nós afastemos, nessas matérias, aquilo que é significativo, efetivamente, para a garantia prática dos direitos humanos, de quaisquer outras considerações que não sejam de uma vontade efetiva de servir ao próximo, de ter uma atitude condigna, que é uma atitude que hoje se impõe como um complemento necessário à democracia política, até mesmo à própria democracia mais ampla na sociedade, porque tem a ver, além mesmo da democracia social, com um valor que é um valor central do mundo contemporâneo, que é o respeito ao ser humano.

Por isso eu me congratulo com todos vocês nesse fim de ano de 97 e, como Presidente de todos os brasileiros, eu quero agradecer. Agradecer à sociedade brasileira, àqueles que trabalham, sobretudo aos que trabalham anonimamente nessas imensas cruzadas que por aí afora existem, para que continuemos a agradecer e a desejar, com preâmbulo de Feliz Natal, que continuemos movidos pelos mesmos valores, pelos mesmos impulsos éticos, que são os únicos capazes de fazer, como estamos fazendo, deste país um país digno onde viver para todos aqueles que nele tenham nascido ou que nele habitem.

Muito obrigado.